

**LEI Nº 5.176, DE 20 DE SETEMBRO DE 2.023.**

**“Autoriza o Poder Executivo a conceder as parcelas complementares repassadas ao Município pela União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, aos servidores públicos municipais ativos, ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, relativas à complementação dos vencimentos dos servidores destinadas a equiparar a remuneração desses servidores ao piso nacional da categoria em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.434, de 4 de agosto de 2.022” e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Iturama/MG, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder as parcelas complementares repassadas ao Município pela União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, aos servidores públicos municipais ativos, ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, relativas à complementação dos vencimentos dos servidores destinadas a equiparar a remuneração desses servidores ao piso nacional da categoria em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.434, de 4 de agosto de 2.022.

**§ 1º** Para o cálculo da Assistência Financeira Complementar aos servidores, além da proporcionalidade quanto a carga horária prevista nesta Lei, deverá ser considerado que o piso é composto pelas parcelas que compõem a remuneração de natureza Fixa, Geral e Permanente, não se incluindo as de natureza transitória, bem como seguirá os valores individuais previstos no InvestSUS respectivamente a cada servidor.

**§2º** Nos termos da decisão do STF nos autos da ADI 7222, a implementação da complementação resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento

da União, conforme art. 198, §§ 14 e 15, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 127/2.022.

**§3º** Considerando que o custeio financeiro dos profissionais inativos não constitui despesa com ações e serviços de saúde, segundo a Lei Complementar 141/2012, o complemento do piso de que trata esse artigo não se aplica a esses servidores.

**§4º** O Município deverá realizar o pagamento retroativo aos servidores de que trata esse artigo, na exata extensão dos recursos que receber da União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, para esse fim.

**Art. 2º** - Fica autorizado o repasse das parcelas que complementam o valor do piso nacional do setor da enfermagem às instituições privadas, filantrópicas ou não, em funcionamento na circunscrição do Município, desde que atendam há pelo menos 60% dos pacientes pelo SUS – Sistema Único de Saúde e que tenham contrato vigente ou instrumento análogo com o Gestor do SUS do Poder Executivo, podendo ser as parcelas repassadas de forma integral ao complemento do piso, se os recursos assim garantirem a integralidade do Setor Público e Privado, ou mesmo de forma proporcional às instituições previstas neste artigo, acaso os recursos sejam insuficientes para custearem a complemento do piso em ambos os setores público e privado, conforme parcelas de repasses da União Federal, por meio do Ministério da Saúde.

**Parágrafo Único.** As Sociedades de Terceirização e Cooperativas não são entidades elegíveis a perceber as parcelas de complementação nesta Lei, ainda que atendam a setores governamentais da seara da saúde, haja vista que as avenças formalizadas têm natureza de prestação de serviços, não se verificando a contratualização de que trata o artigo 199, §1º da Constituição Federal.

**Art. 3º** As parcelas de que trata esta Lei deverão ser honradas, a medida do possível, na mesma data em que se efetivar o pagamento dos vencimentos dos servidores públicos municipais, condicionadas ao recebimento dos recursos do Governo Federal, estabelecidos pela Lei Federal 14.581/2023 e suas regulamentações, especialmente Portaria GM/MS n.º 1135 de 16 de agosto de 2023 e suas alterações.





**Art. 4º** Farão face às despesas da presente Lei os recursos do orçamento vigente, previstos na dotação

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- Salário contrato temporário

**Ficha:** 325

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.11.00 Contratação por Tempo Determinado

**Sub - Elemento de Despesas:** 01 – Vencimentos e Salários.

**Ficha:** 326

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.13.00 Contratação por Tempo Determinado

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- FGTS

03 – Contribuição Patronal para INSS

**Ficha:** 327

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- Vencimentos e Salários

**Ficha:** 359

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.13.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- FGTS

03 - Contribuição Patronal para o INSS



**Ficha:** 360

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- Vencimentos e Salários

**Ficha:** 368

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Órgão:** 02 - Poder Executivo

**Unidade:** 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

**Sub - Unidade:** 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**Elemento da Despesa:** 3.1.90.13.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

**Sub - Elemento de Despesas:** 01- FGTS

03 - Contribuição Patronal para o INSS

**Ficha:** 369

**Fonte de Recurso:** 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

**Art. 5º** Poderá o Poder Executivo Municipal regulamentar por Decreto a aplicação desta Lei, naquilo que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iturama/MG, 20 de setembro de 2.023.

**CLÁUDIO TOMAZ DE FREITAS**  
*Prefeito do Município de Iturama-MG.*

**Autor:** Poder Executivo.